

Para “segurar a economia, um congelamento rápido”

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Entrevista para o jornal *DCI*, 6 de fevereiro de 1992.

O ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, da Fazenda, que nos últimos meses vinha fazendo previsões de forte aceleração inflacionária, já não acredita mais em explosão. Mesmo assim, opina que a taxa vai se manter alta nos próximos meses, obrigando o governo a repensar sua estratégia de estabilização da economia.

Bresser continua defendendo a tese de um congelamento rápido, para “segurar a economia” – o que, no entanto, deveria ser feito de forma negociada com a sociedade. Embora não concorde com vários pontos da política econômica do ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia, o economista considera que as mudanças estruturais e a política de liberalização estão na direção correta, ainda que em velocidade reduzida. Ele entende como positivo o fato de o governo ter assinado o acordo com o FMI, mas não vê grandes chances de o programa ser cumprido.

Na entrevista a seguir, Bresser expõe seus pontos de vista sobre questões econômicas, explicando sua insistência na defesa do congelamento.

DCI – O Brasil assinou acordo com o FMI. Vários empresários consideram esse um fato positivo, enquanto alguns economistas criticam. Na sua avaliação, o acordo foi bom?

Bresser-Pereira – Foi bom. Um voto de confiança que o Fundo deu ao Brasil. Acho que o país estava precisando de um tipo de incentivo dessa natureza. Através desse acordo, o Brasil pode negociar, com o Clube de Paris, a dívida de longo prazo com governos de vários países. Esse acordo também vai permitir um acordo com os bancos e talvez até poderemos ter um acordo melhor que o do México. Por esses fatores, mais a pressão que o FMI acaba exercendo sobre o governo, Congresso e sociedade, de modo geral, para que as metas de ajuste fiscal sejam atingidas, faz com que esse acordo seja uma coisa boa.

DCI – E quais são as restrições que o sr. faz?

Bresser-Pereira – Tenho duas só. Primeiro, a chance de que ele seja cumprido é muito pequena. Aliás, não vejo praticamente nenhuma. A idéia de que o Brasil possa gradualmente baixar de uma inflação de 25% ao mês para 2% ao mês eu não conheço na história do mundo. O único caso foi o do Chile. Mas a inflação lá não era tão alta assim, deveria estar em 15%, 17% e declinou. E o custo social foi violentíssimo. A segunda restrição diz respeito às expectativas do ministro Marcílio a respeito desse acordo. Acho o ministro competente, sério, e está sendo um bom ministro da Economia no sentido que está pondo ordem, calma e esforço fiscal grande. Mas o Marcílio está cometendo um equívoco fundamental, que vai, possivelmente, frustrar sua política de estabilização. Esse equívoco é imaginar que um acordo com o fundo e depois um acordo com os bancos teria efeito psicológico de um “choque positivo externo”.

DCI – O que seria esse choque?

Bresser-Pereira – A idéia do ministro era de que em setembro (ele entrou, em abril, com inflação de 7%) já teria assinado esse acordo com o Fundo, seguindo-se o acordo com os bancos, o que provocaria esse “choque positivo externo”. Na sua interpretação, aconteceria com o Brasil a mesma coisa que aconteceu com o México, onde passou a entrar muito mais capital depois do acordo externo, seja por retorno de capital dos mexicanos, seja por crédito dado pelos bancos internacionais. Ocorrendo o mesmo aqui, a inflação cairia gradualmente. Isso é um equívoco.

DCI – Por quê?

Bresser-Pereira – No México, na verdade, o acordo com o FMI e os bancos foi feito entre julho e agosto de 89. Esse acordo teve realmente um efeito positivo externo em matéria de fluxo de capital. Mas a estabilização da inflação havia sido feita um ano e meio antes, em 1987, através de choque heterodoxo, de um congelamento de preços, precedido de um acordo social.

DCI – A situação do Brasil é diferente?

Bresser-Pereira – É muito diferente. Os mexicanos, a partir de 1985, fizeram um ajuste fiscal, que nós também estamos fazendo. Em 86/87, começaram as reformas estruturais, que agora estamos fazendo. Fizeram estabilização em 87, através de um congelamento de preços. Depois de um ano e meio, fecharam o acordo com o Fundo. Não podemos esperar

do acordo com o FMI o que ele não pode dar. O que pode dar é maior crédito internacional, mas nosso problema fundamental não é o crédito, é estabilizar a economia. E isso esse acordo não dá.

DCI – Mas no Brasil, depois dos congelamentos, a inflação sempre voltou a subir. Como o México fez para que isso não ocorresse?

Bresser-Pereira – O México tinha uma inflação de 180% ao ano, bem menor que a do Brasil e não era tão inercial quanto a nossa. Para que o congelamento desse certo, foi fundamental um ajuste fiscal prévio, e que o déficit público estivesse praticamente zerado. Houve ajustes prévios dos preços públicos e taxa de câmbio. No dia do congelamento não houve nem maxidesvalorização nem tarifaço, como em quase todos os nossos congelamentos. Isso frustra o congelamento pela base, porque já estabelece desequilíbrios de preços relativos, que depois terão que ser corrigidos pelos agentes econômicos. No México, o acordo social foi mais fácil, pois a maioria dos sindicatos era ligada ao PRI, partido do governo.

DCI – O sr. vem defendendo a idéia de congelamento.

Bresser-Pereira – Tenho insistido bastante nesse assunto. Sei que o congelamento é um assunto desagradável, do qual ninguém gosta de ouvir nem falar. Os economistas falam que é preciso uma política de renda. Mas quando alguém ouvir um economista defender uma combinação de política fiscal e política de rendas, saiba que ele está falando em congelamento. Com outro nome, para não chocar os ouvintes, mas é congelamento. Tenho defendido que o congelamento deve ser uma coisa preparada e aberta, negociada com a sociedade. Que seja precedido por ajuste fiscal, acerto dos preços públicos e câmbio e também do ponto de vista institucional. Dar autonomia ao Banco Central em relação ao ministro da Economia.

DCI – Mas não existe o risco de, no início dessas negociações, os empresários reajustarem todos os seus preços?

Bresser-Pereira – Um pouco isso acontece. Mas se isso ocorrer, deve-se ter um aumento de salário. Um congelamento desses precisa ter uma regra de ajuste de salários, não de recuperação de perdas. Um aumento de preços compensado por aumento de salário não representa problema maior, a não ser que alguns setores aumentem e outros não, desequilibrando os preços relativos. O congelamento tem que ser rápido, de dois a três

meses, para dar uma segurada na economia. Se tudo for feito com acordo social, sem tarifas, com independência do Banco Central, tenho certeza de que sairemos dessa inflação e teremos índices semelhantes aos europeus e EUA.

DCI – Quais são os cenários para 92?

Bresser-Pereira – É que a inflação mais ou menos permaneça no patamar em que está. Não creio que seja possível estabilizar a inflação em 24% ou 25% ao mês. Existem fatores de pressão para cima, como a indexação informal da economia e a tendência dos agentes econômicos de se precaverem dos aumentos dos outros. Mas, de outro lado, há uma força grande do governo, através da recessão e ajuste fiscal duro para segurar a inflação, além do acordo com o FMI, que ajuda um pouco. Assim, essas forças se contrabalançam e a inflação deve ficar em torno disso ou pouco mais. Mas não deve ser explosiva. Meu diagnóstico é que no Brasil existe uma crise fiscal e uma hiperinflação indexada, ao contrário das hiperinflações clássicas, que são não indexadas e, portanto, extremamente instáveis, subindo ou descendo violentamente. Na hiperinflação indexada, não há alta explosiva, mas também não há baixa. Acho que a inflação continuará muito alta nesses próximos meses, no próximo semestre, pelo menos, e a recessão continua forte.

O governo não tem condições de fazer recessão maior ainda. Já está com uma taxa de juros muito alta. Dentro de três ou quatro meses, se verificará que a política de estabilização do governo falhou, se continuar nesse nível. Então, o governo vai ter que repensar sua estratégia. Muitas pessoas que apoiam o plano acham que a inflação vai chegar a 10% ao mês, e aí o governo tem condições de fazer um cheque. Já ouvi até gente do FMI dizendo isso. O equívoco, a meu ver, é que a inflação não vai baixar, vai continuar em torno de 25%, infelizmente.

DCI – Nem com essa recessão a inflação cai?

Bresser-Pereira – Nem assim. Eu me lembro muito bem do ano de 1990, quando o governo fazia uma política monetária muito dura. Eu lia nos jornais, todos os dias, ou empresários e políticos que diziam: a inflação cai no próximo mês. Eu dizia: “Não vai, cair”, vocês estão subestimando o caráter inercial da inflação brasileira. E, de fato, a inflação não caiu. Depois vieram dizer que a política monetária tinha sido frouxa. Mas é só ler nos jornais da época para ver que ninguém dizia que a política monetária estava sendo frouxa.

DCI – A entrada de capital estrangeiro é benéfica enquanto investimento?

Bresser-Pereira – Sim. É muito benéfica como investimento das multinacionais, como retorno do capital nacional que foi enviado para fora, mas nunca em forma de financiamento. j Financiamento só interessa aquele que consolida, troca dívida velha por nova e essa dívida nova alongada no prazo. Nada mais do que isso. Agora, há um fato novo. Começa a ocorrer o excesso de liquidez no mundo. A queda das taxas de juros está levando os capitalistas internacionais a também quererem investir aqui. Começa uma pressão para o Brasil tomar mais empréstimos. Isso não é bom. O Brasil não precisa de mais dinheiro emprestado. O Brasil tem uma dívida muito grande, precisa consolidar e reduzi-la.

DCI – Como o sr. avalia o programa de privatização?

Bresser-Pereira – Sou a favor de privatização. Mas acho que está havendo um equívoco fundamental na privatização brasileira. É preciso privatizar para gerar caixa, pagar o déficit público, as dívidas correntes. Estamos estagnados há 12 anos e uma das causas fundamentais dessa crise é a dívida pública. No primeiro ano do governo Collor reduziu-se pela metade a dívida pública mobiliária. Foi uma coisa boa. Agora é preciso reduzir outras dívidas.